

CENTRALIZAÇÃO DO PODER E REGIONALISMO: Análise sobre o período do Estado Novo (1937-1945)

Luís Lopes DINIZ FILHO¹

RESUMO

O objetivo deste estudo é, a partir do conceito de "ideologias geográficas", demonstrar o importante papel que certas interpretações sobre o território brasileiro e sua diversidade regional exerceram na definição de discursos nacionalistas e regionalistas. Tomando o regime do Estado Novo como referência, procura ajudar a compreender melhor o papel do regionalismo na política brasileira.

Palavras-chave: federalismo, regionalismo, ideologia, separatismo

ABSTRACT

The article takes part in the concept of "ideologies geographical" (geographical ideologies) as the start of an analysis on what the interpretations about the Brazilian territory and its regional diversity were important in the definitions of national and regional speeches spread by the government of "Estado Novo". Its main objective is to figure out how important the regionalism role was in the Brazilian politics.

Key-words: federalism, regionalism, ideology, sectionalism

Dentre os diversos ramos de nossa disciplina, a Geografia Cultural constitui certamente um dos que menos se desenvolveu no Brasil. Contudo, essa situação de relativo ostracismo parece estar começando a se modificar nos últimos anos, graças aos esforços que vêm sendo realizados para constituir alguns grupos de pesquisadores dedicados a estudar as inúmeras facetas da relação entre espaço e cultura. Exemplos disso são os trabalhos que vêm sendo elaborados no Departamento de Geografia da UFPR, sob a orientação do professor Wolf-Dietrich Sahr, e aqueles produzidos a partir do livro *Ideologias geográficas*, do professor Antonio Carlos Robert de Moraes.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia - UFPR, Mestre e Doutor em Geografia - USP

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é, seguindo a perspectiva de análise das ideologias geográficas, demonstrar o importante papel que certas interpretações sobre o território brasileiro e sua diversidade regional exerceram na definição dos discursos nacionalistas e regionalistas difundidos pelo regime do Estado Novo², de modo a compreender melhor o papel do regionalismo na política brasileira.

Alguns aspectos da relação entre o Estado Novo e o regionalismo são razoavelmente bem conhecidos: por temer a ameaça do separatismo – e ao mesmo tempo aproveitando-se dela como justificativa para o exercício de um poder discricionário – esse regime procedeu a uma forte centralização do poder do Estado na esfera federal; investiu no sistema de transporte rodoviário, com vistas a integrar economicamente as várias regiões do país; promoveu a campanha da “Marcha para Oeste”, no intuito de reduzir os desequilíbrios entre o interior e o litoral, entre outras medidas³. Contudo, o que se deseja destacar neste trabalho são os aspectos menos conhecidos dessa relação, representados pelas ações empreendidas pelo Estado Novo para combater as supostas tendências separatistas que estariam atuando no campo cultural.

Desse modo, cabe destacar primeiramente as medidas tomadas pelo regime na área das comunicações de massa, sobretudo o cinema e o rádio. O poder do cinema como promotor da unidade nacional foi defendido explicitamente pelo presidente Getúlio Vargas, ao afirmar que esse veículo iria “aproximar, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República”. (VARGAS, s.d., v. 3, p. 188). Quanto ao rádio, é evidente que o regime buscava constituir sistemas de radiodifusão de alcance nacional, até então inexistentes⁴. Por meio deles, as campanhas preparadas pela Divisão

² De fato, o conceito de ideologia geográfica procura trazer à luz o modo como as concepções sobre o espaço, geradas e difundidas no interior de uma dada formação nacional, terminam por influir na própria história dessa formação. Ou mais precisamente, trata-se de avaliar o modo como certas visões acerca do espaço legitimam as formas de intervenção do Estado sobre o território, bem como diferentes projetos políticos, veiculando assim interesses e favorecendo o estabelecimento de alianças entre classes sociais e/ou forças políticas diversas. (MORAES, 1988)

³ Sobre as políticas territoriais do Estado Novo, ver DINIZ FILHO (1994).

⁴ Apesar disso, a relativa fragilidade do impulso industrializante no período atenuou o processo de mercantilização da cultura. Em consequência, “... o sonho do Estado autoritário de construir um sistema radiofônico em nível nacional se desfaz diante da impossibilidade material de realizá-lo. Isso significa que a radiodifusão brasileira não adquire a forma de rede, o que favorece o desenvolvimento da radiofonia local”. (ORTIZ, 1985, p. 53)

de Radiodifusão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) deveriam exercer um papel basilar dentro do projeto de integração cultural do regime. Segundo a própria versão oficial:

A seção de rádio, com a “Hora do Brasil”, irradiada pela totalidade das emissoras brasileiras, tornou-se um grande fator de unidade nacional. As solenidades de maior vulto passaram a ser levadas aos mais longínquos recantos do país, na hora mesma de sua realização, tomando familiar a voz dos homens públicos de mais responsabilidade e comunicando, ao mesmo tempo, o entusiasmo com que se dirigem à Nação. (SCHWARTZMAN, 1983, p. 62).

Por meio do controle sobre redes de comunicação nacionalizadas, o regime tentaria garantir sua hegemonia sobre as instituições formadoras de opinião, bem como a onipresença do discurso estatal pelo território. Desse modo, seria possível combater o regionalismo herdado do período da República Velha, o qual, segundo se acreditava na época, poderia levar o país a um verdadeiro esfacelamento territorial.

Foi no intuito de combater certas formas de sentimento regionalista, que supostamente se contrapunham ao nacionalismo, que o Estado Novo tratou de mobilizar seu aparato de propaganda ideológica para realizar certas “cerimônias” de celebração da unidade nacional. É o caso de uma cerimônia em que Vargas e alguns chefes estaduais, colocando-se em frente a uma urna de prata, proferem discursos em prol da unidade nacional enquanto representantes de todos os estados nela depositam, um após outro, punhados de terra. É significativo mencionar que essa cerimônia foi filmada e transformada num dos chamados “Cine Jornais Brasileiros”, de exibição compulsória em todos os cinemas do país (CINEMATECA BRASILEIRA, 1940). Destaque-se também a conhecida “cerimônia das bandeiras”, que se realizou na Esplanada do Russell, no Rio de Janeiro, menos de um mês depois de deflagrado o golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo. O objetivo dela era propagandear o artigo 2.º da Constituição de 1937, que havia proibido o uso de quaisquer símbolos, hinos ou bandeiras que não os nacionais. O conteúdo imagético dessa cerimônia não deixa dúvidas quanto à intenção da ditadura de proclamar a submissão do poder estadual à União: as vinte e uma bandeiras estaduais foram queimadas numa grande pira colocada no centro da praça e, logo depois, vinte e uma bandeiras nacionais foram hasteadas em substituição àquelas, enquanto o maestro Heitor Villa-Lobos regia um conjunto de várias bandas e um coro de colegiais na execução do

Hino Nacional. (OLIVEN, 1986)

Na primeira cerimônia mencionada, percebe-se claramente a intenção de fortalecer a idéia do Brasil como corpo indiviso, apelando para a imagem da contigüidade de seu território no intuito de destacar a arbitrariedade das divisões estaduais – e como se as fronteiras nacionais não fossem também arbitrarias. Na cerimônia das bandeiras, por sua vez, procurava-se criar a idéia de comunidade nacional por meio de imagens violentas, que apontavam a coerção como medida necessária para fazer valer os interesses mais altos do país contra a mesquinhez dos espíritos regionalistas. Essas celebrações, bem como a proibição do uso de quaisquer bandeiras ou símbolos que não os nacionais, deixam claro o modo como o Estado Novo se valeu inteligentemente de uma série de estratégias voltadas para a manipulação de certas “representações objetivas” a fim de combater o regionalismo exacerbado e construir uma identidade de âmbito nacional.

Apesar disso, não se pode dizer que o Estado Novo tenha condenado o regionalismo cultural de forma categórica. Pelo contrário, os ideólogos do regime trataram de elaborar e difundir uma série de discursos em exaltação às virtudes de cada grupo regional, o que constitui um dos aspectos menos conhecidos desse regime. Isso é cabalmente demonstrado pelo uso de expressões elogiosas ao “espírito bandeirante” dos paulistas, freqüente nas formulações dos principais ideólogos do Estado, nos discursos de Getúlio Vargas e no material de propaganda do DIP, como artigos da revista *Cultura Política* e cine-jornais brasileiros (DINIZ FILHO, 1994). Do mesmo modo, é significativo notar que o esforço para legitimar a ditadura, ancorando-se em boa parte na mitificação de Getúlio Vargas, apresentava alguns elementos extraídos de uma velha ideologia regionalista, qual seja, o mito do gaúcho. Repetia-

⁴ “... a procura dos critérios ‘objetivos’ de identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, ou o sotaque) são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias intressadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores”. (BORDIEU, 1989, p. 112 - grifos do autor)

⁵ *O Estado de São Paulo, 19/05/1940 apud* (CARDONE, 1977, p. 167). Acrescenta-se que, como seria de esperar, essa vinculação de Vargas ao suposto espírito gaúcho aparece com grande freqüência entre as personalidades políticas do Rio Grande do Sul (LIMA, 1986, p. 40-46)

se assim, e com freqüência considerável, um discurso romântico e impregnado de determinismo, que associava as supostas “coragem, magnanimidade e singeleza” do Presidente aos efeitos que a vida nos pampas confeririam aos nativos do Rio Grande do Sul⁵.

A conclusão que se impõe a partir do que foi colocado é a de que o regionalismo ao qual o Estado Novo se propunha dar combate não se identificava com a cultura regional, o que implica não ser possível atribuir aos aparelhos de propaganda do regime a intenção de homogeneizar os costumes e modos de expressão tipicamente regionais, mas sim a de buscar uma “homogeneização das formas de pensar”. (GOMES; OLIVEIRA; VELLOSO, 1982)

Na verdade, desejava-se combater o exagero do regionalismo enquanto sentimento, isto é, enquanto exacerbação dos vínculos afetivos para com a realidade local, mas nunca enquanto conjunto de formas culturais específicas, que, embora manifestando-se regionalmente, seriam apenas diferentes expressões do caráter nacional. Essa idéia, aliás, foi defendida por Gilberto Freyre, que em um artigo na revista *Cultura Política* postulou a necessidade de distinguir o “estadualismo” do “provincianismo”, já que o primeiro designaria aquela forma perniciososa de oposição entre o regional e o nacional, enquanto o segundo seria representante de uma postura na qual a cultura popular serve como veículo para as expressões regionais da brasilidade (FREYRE, 1942)⁶.

Em que pese ter havido consenso entre os ideólogos do regime quanto a essa simbiose entre identidade nacional e regionalismo, é preciso destacar a forma como alguns deles privilegiavam certas regiões enquanto representantes mais legítimas da história e do “caráter” brasileiros. De acordo com R. P. Castelo Branco, haveria dois padrões culturais no Brasil, responsáveis, cada um deles, pela formação de dois “tipos” humanos específicos: o do Sul e o do Norte. O primeiro deles, por ter se constituído a partir da assimilação de um universo cultural profundamente marcado pela presença do imigrante europeu, seria portador de uma cultura mais alienada em relação às condições nacionais. Já o tipo do Norte, por ser proveniente de uma região que ficou à margem dos grandes fluxos migratórios estrangeiros, seria um representante mais legítimo da cultura brasileira. Além disso, enquanto na região Sul a evolução dos estados se processou de forma autônoma,

⁶ Pode-se então dizer que, para Gilberto Freyre, só é possível ser nacional sendo-se antes regional. (OLIVEN, 1986)

uns em relação aos outros, na região Norte e Nordeste, "todos os elementos culturais gravitaram em torno de Salvador e Recife", de tal modo que o tipo do Norte terminou por elaborar uma "mentalidade muito mais nativista e una", segundo esse autor.

Note-se que, por meio desse raciocínio, o atraso social e econômico do Nordeste acaba adquirindo certa positividade, pois, embora a ausência de imigrantes europeus tenha aliado a região do progresso econômico alcançado pelo Sul – interpretação que parece carregar um forte componente racista –, tornou-a simultaneamente uma das grandes reservas da nacionalidade. Para Castelo Branco, os nordestinos migrantes, ao disseminar sua cultura, estariam desempenhando papel decisivo para impedir a desagregação do país, tal qual "novos bandeirantes". (BRANCO, 1942)

Na interpretação de outros ideólogos do Estado, porém, essa perspectiva é completamente invertida, posto que privilegiam a história e a cultura das regiões mais ao sul do país na explicação das origens da nacionalidade. Ao se debruçar sobre essa questão, Oliveira Vianna declarou-se frontalmente contrário ao "preconceito da uniformidade actual do nosso povo". As diferenças regionais do processo de caldeamento étnico, a influência de fatores sociais e históricos, bem como a própria diversidade dos habitats teriam configurado três grupos regionais com histórias bem distintas: o "sertanejo do norte", concentrado principalmente na área da caatinga nordestina; o "matuto do centro-sul" (paulistas, fluminenses e mineiros); e o "gaúcho do extremo sul", habitante dos pampas.

Entre esses grupos, Vianna salienta o papel dos dois últimos dentro da história política do Brasil. No caso do gaúcho, ele afirma que a situação fronteiriça do extremo sul, vulnerável aos ataques estrangeiros, possibilitou maior integração social entre os clãs familiares locais (ante a necessidade de união contra o inimigo externo), além de criar entre seus habitantes uma visão positiva do poder público. Ao contrário das demais regiões, nas quais o Estado colonial era uma instituição imposta pelos portugueses a fim de executar a cobrança de tributos, na fronteira sul o poder público atuava segundo os interesses imediatos da população nativa, oferecendo proteção militar contra os invasores platinos. Assim, enquanto no resto do Brasil o Estado era percebido como um "corpo estranho" dentro da sociedade, e, por isso mesmo, identificado com seus próprios funcionários, entre os gaúchos se desenvolveu uma visão mais abstrata das instituições públicas, segundo a qual elas existem e operam em benefício do bem comum, e

não dos indivíduos que as representam. Essa compreensão da importância social do Estado é que explicaria o grande número de figuras políticas notáveis que a região gaúcha deu ao Brasil. (VIANNA, 1933, p. 373-395) Mas, apesar dessas considerações, Vianna aponta o tipo "matuto" como o grande condutor da história política brasileira, e isso por dois motivos:

Primeiro – porque o peso específico da massa social do país é dado pelo cultivador de cana, de café e de cereais, cujo representante típico é o "matuto do centro-sul". O "gaúcho" e o "sertanejo", ambos de formação pastoril, são tipos muito regionais, localizados em zonas limitadas e cuja história tem um campo de ação restrito às raízes do seu habitat gerador. Segundo – porque o grande centro de gravitação da política nacional, depois da independência, se fixa justamente dentro da zona de elaboração do tipo matuto. Esse facto – da contiguidade geográfica do principal habitat agrícola com o centro do governo nacional – dá ao tipo social nele formado uma situação de incontestável preponderância sobre os outros dois tipos regionais. (VIANNA, 1933, p. XIV-XV)

As experiências históricas do norte e do extremo sul teriam assim um caráter regional, enquanto o conjunto formado pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais seguiria um decurso histórico que se confundiria com o da própria nação. Justamente graças à proeminência desses estados é que a unidade nacional pôde ser conservada. Segundo Oliveira Vianna, a excelência do caráter das populações meridionais, com suas "virtudes pacíficas e ordeiras", foi capaz de resistir à sedução do liberalismo, amoldando-se aos princípios de autoridade e de centralização política que permitiram ao governo imperial neutralizar e isolar a rebeldia das populações do norte e do extremo sul, salvando o país do separatismo. (VIANNA, 1933, p. 447)

Embora partindo de um ponto de vista completamente diferente, Cassiano Ricardo Leite é outro autor que privilegia as regiões mais ao sul do país como agentes da construção nacional. Para ele, São Paulo constituiu o ponto de origem da identidade brasileira, devido, em grande parte, ao próprio isolamento do sítio ocupado pela capital desse estado.

"O grupo social do altiplano estava dentro da terra. Separado e defendido pela muralha da serra do Mar. Foi o único que se fundou em tais condições visto como os outros centros iniciais de colonização e povoamento foram plantados no litoral, ao longo das praias. Só aí, portanto, se registraria um caso típico de 'self-government'..." (LEITE, 1942, p. 170)

A necessidade de defesa contra índios e piratas estreitou os laços

de solidariedade da população local, sobrepondo-os aos interesses individuais. Rebelde em relação a Portugal, a sociedade do Planalto de Piratininga fundou um governo que, na prática, era republicano, ainda que oficialmente fosse subordinado à coroa portuguesa. Ao contrário do litoral, a nascente cidade de São Paulo desconhecia privilégios aristocráticos, vivendo sob um clima de democracia e justiça social. (LEITE, 1942, p. 170-177)

Tais características, fundamentais na constituição da "originalidade brasileira", seriam posteriormente disseminadas por todo o interior do continente, a partir do momento em que partiram de São Paulo as primeiras expedições bandeirantes. Na visão de Cassiano Ricardo, tais expedições seriam o prolongamento da "república de Piratininga", de modo que a suposta ação povoadora dos bandeirantes teria servido para generalizar todas as características da nascente sociedade paulista para o conjunto do país⁸.

O que chama a atenção no empenho de Ricardo em demonstrar a centralidade de São Paulo dentro da história brasileira é o modo como ele classifica as regiões do país segundo o grau de autenticidade de suas populações, inversamente proporcional à suposta permeabilidade de certas áreas às influências da cultura estrangeira. É por isso que a brasilidade nasce num sítio isolado do litoral e se conserva mais pura nas regiões povoadas pelas bandeiras. O verdadeiro fundamento da nacionalidade estaria então nas áreas interioranas; posto que o litoral, que historicamente manteve íntimas relações com o mundo europeu, estaria ainda muito ligado ao exterior, tornando-se assim mais vulnerável à "contaminação".

Note-se que esse procedimento é semelhante ao de Castelo Branco, que, como visto, colocava a pureza cultural do Nordeste como resultado de seu maior isolamento em relação ao estrangeiro. Nesse sentido, pode-se dizer que esses autores discutiram a questão do regionalismo usando a idéia do "nacional" como medida de autenticidade.

⁸ "Disse eu, há pouco, que a república de Piratininga foi a nascente política da bandeira, não apenas a sua nascente social e geográfica. Que é bandeira ainda o prolongamento dessa República, ou essa república que se organiza militante e elege o seu chefe para se deslocar do planalto em função de conquista e povoamento?" (LEITE, 1942, p. 178).

O privilegiamento de certas regiões em relação a esse paradigma se daria por uma espécie de "mapeamento" do território nacional segundo áreas de maior ou menor sujeição às influências externas.

A obra de Ricardo revela ainda outra forma de sobreposição entre as questões do nacional e do regional. Suas idéias sobre o bandeirantismo expressavam a tentativa de levar a cabo um projeto de construção nacional cujo ceme consiste em estabelecer a existência de uma identidade brasileira por meio da generalização, para todo o país, de certas características pertinentes à história de São Paulo e a um suposto caráter paulista⁹. É nesse sentido que se deve entender as considerações desse autor sobre a existência de um "ethos paulista", de uma "personalidade bandeirante dentro da brasileira". Para ele, tal personalidade é a "do criador, do inovador, do renovador, do experimentador por excelência" e a preservação desses elementos se daria por meio da "sucessão biológica" e, principalmente, como resultado de uma tradição cultural transmitida pelas gerações e acrescentada às "características do sangue". (LEITE, 1959, v. 2, p. 386).

O procedimento de deduzir o nacional do regional, utilizado por vários autores com diferentes resultados, não era uma simples questão de ponto de vista histórico. Em virtude da própria conjuntura política da época, assistiu-se a uma série de disputas entre interpretações da nacionalidade que tomavam diferentes contextos regionais como referência histórica básica. Oliveira Vianna, por exemplo, indicava os agricultores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como o grupo regional mais representativo da nacionalidade e da história política do país, mas nem por isso deixava de atribuir ao tipo "gaúcho" um importante papel na construção do Estado brasileiro. Mais radical, Cassiano Ricardo procurou extrair da trajetória de São Paulo a explicação para todos os principais acontecimentos da história brasileira, até mesmo o surgimento do Estado.

É nesse sentido que se pode entender as críticas de Cassiano Ricardo à visão de Oliveira Vianna sobre a história institucional do país. Segundo Ricardo, o primeiro erro de Vianna estaria na forma como ele oferecia uma explicação "puramente guerreira" para a gênese do Estado:

⁹ No livro *Marcha para Oeste*, Ricardo busca identificar o caráter nacional com o bandeirante, o que revela "... a idéia do regional como fundamento do nacional. O fenômeno das bandeiras deixa de se restringir a um tempo e espaços precisos para encarnar a própria alma brasileira, a personalidade nacional". (VELLOSO, 1990, p. 14)

se o poder público tivesse se constituído precipuamente para defender a fronteira sul, seria de esperar que o povo e o Estado brasileiros tivessem uma índole belicosa, o que não se verificaria. Ricardo argumentava ainda que, se Vianna estivesse certo, o Estado brasileiro teria entrado em decadência, senão em decomposição, a partir do momento que as guerras platinas terminaram¹⁰. O segundo erro estaria no modo como Vianna subestimaria as ameaças enfrentadas pelas populações meridionais, já que os ataques de índios e quilombolas teriam sido um importante fator de integração social entre aquelas populações. Finalmente, Vianna teria cometido o equívoco de esquecer o papel da "bandeira" na gênese do poder público, ela própria descrita por Ricardo como um "Estado larvar", organizado não somente pela necessidade de defesa, mas também para a coordenação de interesses econômicos¹¹.

Dessa maneira, percebe-se que o nacionalismo de Ricardo, fortemente ancorado numa perspectiva regionalista, ganha sentido apenas no contexto das disputas políticas do período. Ao desenvolver seus estudos sobre o bandeirantismo, Cassiano Ricardo polemizou também com Gilberto Freyre, autor que buscava estabelecer a existência de uma identidade brasileira a partir da história da sociedade patriarcal do nordeste açucareiro¹².

Como diz Mônica Pimenta Velloso: "Se Gilberto Freyre, na condição de representante do grupo nordestino, aponta a 'casa grande' como o núcleo da nacionalidade, Cassiano Ricardo defende a tese da 'bandeira' como expressão do pensamento paulista". (VELLOSO, 1990, p. 13)

Essa disputa entre os dois autores revela a existência de uma "luta simbólica" – para usar uma expressão de Bordieu (1989) – no Brasil da primeira metade do século. Nessa luta, confrontaram-se diferentes projetos de construção nacional, cada qual buscando conferir às elites de uma dada região do país (o estado de São Paulo ou o Nordeste) uma posição hegemônica na condução da política nacional.

Todavia, nenhum desses dois projetos conseguiu se fazer

¹⁰ Em realidade, Ricardo exagerou as idéias de Oliveira Vianna ao criticá-las. Vianna não chegou a atribuir a origem do Estado brasileiro à função militar que este exerceu na fronteira sul; ele apenas afirmou que isso teria feito do poder público uma "necessidade orgânica e instintiva" entre os gaúchos. O máximo que Vianna fez foi afirmar que, se Portugal não tivesse criado o Estado, "os gaúchos o criariam, numa solidariedade forçada". (VIANNA, 1933, p. 383)

¹¹ Ricardo aponta ainda outros supostos equívocos nas idéias de Vianna, tais como o de "... haver ele pensado que o paredão da serra dispensou a idéia de Estado, quando ele só podia ter colaborado na idéia de um Estado brasileiro, independente da metrópole". (LEITE, 1959, v. 2, p. 393-394)

¹² Sobre essa polémica, ver LEITE (1942 e 1941).

plenamente vitorioso, visto que todas essas interpretações da nacionalidade foram absorvidas pelo Estado Novo sem que nenhuma força política regional em particular assumisse o comando do Estado. Embora privilegiando diferentes experiências históricas regionais em suas interpretações da nacionalidade, tanto Freyre quanto Ricardo caracterizaram o regime de força implantado em 1937 como um Estado nacional, isto é, como o legítimo representante dos interesses da nação brasileira. Uma vez que o regime buscava legitimar-se por meio do nacionalismo, não importava qual ideologia regionalista servisse como mediação para definir os conteúdos do nacional, mas apenas que o discurso produzisse uma associação entre Estado e nação. Numa palavra, "Gilberto Freyre e Cassiano Ricardo são os interlocutores de um debate destinado a eleger as distintas experiências históricas – nordestina e paulista – para fundamentar um projeto político. E é nessa medida que suas proposições são incorporadas pelo regime". (VELLOSO, 1990, p. 14)

Além disso, é significativo notar que, embora variando a referência regional de cada discurso nacionalista, as características atribuídas ao "caráter brasileiro" são praticamente as mesmas em todas as falas: bondade, ausência de preconceito racial, espírito pacífico, obediência etc. Isso revela um aspecto do projeto de unidade nacional do regime que não seria jamais explicitado na fala de seus ideólogos. O controle sobre os aparelhos de propaganda ideológica (cinema, rádio e outros) não serviria para proteger um "caráter nacional" já existente contra a contaminação estrangeira e o regionalismo exacerbado, mas sim para construir uma identidade nacional de acordo com a ideologia do Estado Novo.

Na luta contra o regionalismo, esse projeto cultural esbarrava na questão das identidades regionais, de modo que, ao tentar definir o conteúdo do "nacional", o regime teria forçosamente que emprestar novos significados ao "regional". Noutros termos, a construção da nacionalidade deveria ser, ao mesmo tempo, um esforço para estabelecer uma constelação de identidades regionais afinadas com o nacionalismo do Estado Novo, com toda a sua carga de centralização e autoritarismo.

É óbvio que essa reelaboração das várias ideologias regionalistas constituía também uma estratégia da ditadura para obter maior apoio junto às elites regionais. Por isso, os veículos de propaganda oficial, caso da revista *Cultura Política*, abriram espaço para certas tentativas de deduzir o "nacional" a partir da história particular de

determinados estados, com vistas a legitimar as eventuais reivindicações destes quanto à participação no poder nacional. Ao mesmo tempo, isso indica que os aparelhos de propaganda do Estado Novo estavam conscientes de que o "regional" é uma mediação inevitável entre o nacional e o popular, favorecendo a comunicação com as massas letradas do país. No contexto de um regime profundamente autoritário, mas que também buscava apoio nas massas populares, o regionalismo cultural foi o caminho pelo qual se procurou forjar uma identificação entre povo e nação, e desta com o Estado.

Tudo isso serve para demonstrar a força das ideologias regionalistas na história política e cultural brasileira, manifesta mesmo num período em que o país estava sendo dirigido por uma ditadura com discurso intensamente nacionalista e empenhada em implantar um projeto de unidade nacional baseado na centralização do poder, na integração econômica do território e na constituição de sistemas nacionais de comunicação de massa controlados pelo poder central. Isso foi possível porque tais ideologias legitimavam a centralização autoritária do poder ao mesmo tempo em que procuravam abrir maior espaço para a participação de certos grupos regionais na política nacional.

Nesse sentido, não é correta a visão de que regionalismo e separatismo estejam sempre ligados, tal como se costuma pensar, pois as reivindicações de base regional não necessariamente requerem uma verdadeira ruptura política para serem atendidas; bem ao contrário, na maioria dos casos tais reivindicações giram em torno de temas ligados à participação no poder nacional e/ou à partilha de receitas e recursos públicos. Pelo mesmo motivo, é apenas parcialmente correta a visão de que os discursos regionalistas constituem um instrumento de dominação das classes populares a serviço de elites políticas e econômicas regionais, pois esses discursos atuam também como instrumentos de conflitos entre elites.

Finalmente, cabe notar que, embora os regionalismos contemporâneos tenham contornos distintos daqueles dos anos 30 e 40, sua força ainda se faz presente no dia-a-dia das lutas políticas, justamente pela sua capacidade de avivar velhos mitos. Isso é bastante visível nos discursos que procuram manter aceso o temor do separatismo,

¹³ Sobre o regionalismo contemporâneo, suas relações com a heterogeneidade regional do país e as divergências de interesses políticos e econômicos que estão na base das disputas federativas, ver DINIZ FILHO (1999); BESSA, DINIZ FILHO (1995).

sempre com o intuito de ampliar ou manter a participação de certos grupos políticos regionais no poder central ou para influir na partilha das receitas tributárias entre as Unidades Federativas¹³. Tanto ontem como hoje, a política brasileira revela de forma ímpar a existência de um estreito vínculo entre espaço, política e cultura, o qual se consubstancia nos discursos elaborados acerca do território e nos interesses econômicos, sociais e políticos que tais discursos procuram legitimar.

REFERÊNCIAS

BESSA, V. C.; DINIZ FILHO, L. L. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. *Estudos Históricos*, n. 15, p. 27-38, 1995.

BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANCO, R. P. C. Imigração e nacionalismo. *Cultura Política*, ano II, n. 15, p. 34-47, maio, 1942.

CARONE, E. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

DINIZ FILHO, L. L. Desigualdades regionais e conflitos federativos no Brasil: a "guerra fiscal" entre estados no contexto da integração competitiva. *RAE GA: o espaço geográfico em análise*, n. 2, 1999.

DINIZ FILHO, L. L. *Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, 1994. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo.

FREYRE, G. A condição do provinciano no Brasil. *Cultura Política*, ano II, n. 15, p. 13-16, 1942.

GOMES, A. M. C.; OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LEITE, C. R. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. *Cultura Política*, ano I, n. 1, p. 110-132, 1941.

_____. *Marcha para oeste (a influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2. ed., 1942 (Documentos Brasileiros, 25).

_____. *Marcha para oeste (a influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 3. ed., 1959 (Documentos

Brasileiros, 25).

LIMA, V. R. (Org.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEN, R. G. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 68-75, out, 1986.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1. ed., 1988.

SÃO PAULO. CINEMATECA BRASILEIRA. Filme 420, 1940.

SCHWARTZMAN, S. *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Universidade de Brasília, 1983 (Temas Brasileiros, 24).

VARGAS, G. O cinema nacional elemento de aproximação entre os povos (discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25/06/1934). In: _____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 3, p. 188, s.d.

VELLOSO, M. P. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2. ed., 1990.

VIANNA, F. J. O. *Populações meridionais do Brasil (história-organização-psicologia)*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 3. ed., 1933 (Coleção Brasileira, 6).